

AGROPECUÁRIA SCHIO S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS - CNPJ nº 91.501.783/0001-42

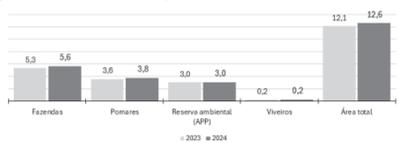
SCHIO
Societários acionistas

A administração do Grupo Schio submeteu à apreciação de VSAs o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Sobre o Grupo Schio

O Grupo Schio tem por objetivo a produção, comercialização, importação e exportação de produtos agrícolas, frutas, cereais e bovinos. Formado pela Agropecuária Schio S.A. ("Agro Schio" ou "Controladora"), Schio Cereais Importação e Exportação Ltda ("Schio Cereais") e Rubifrut Agroindustrial Ltda ("Rubifrut"). Com três *packing houses* (sendo dois localizados em Vacaria – RS e um localizado em São Joaquim – SC), somos a maior embaladora de maçãs do Brasil, com capacidade de armazenagem estática de 167 mil toneladas/ano e mais de 300 mil toneladas de processamento de frutas. O Grupo Schio possui uma área de 12,6 mil hectares distribuídos na região dos Campos de Cima da Serra, no estado do Rio Grande do Sul, os quais são majoritariamente utilizados para a produção de frutas, cereais, pecuária e reservas ambientais. Somos um dos maiores produtores de maçã em território brasileiro, com mais de 3 mil hectares dedicados a pomares próprios.

Além dos pomares próprios, o Grupo Schio mantém terras dedicadas à pecuária, viveiros utilizados para o desenvolvimento de mudas (incluindo estudos relacionados a novas variedades de maçãs e testes em polinizadoras) e áreas reservadas para a preservação ambiental. A distribuição da área do Grupo Schio é a que segue:



Também contamos com silos para o armazenamento de grãos próprios e de terceiros, uma unidade localizada no CEAAGESP, e buscando o desenvolvimento de suas comunidades localizadas nos Campos de Cima da Serra e na Serra Catarinense, gerando um ciclo econômico virtuoso, atuamos também em parceria com produtores locais integrados. Estas frutas são processadas em nossos *packing houses* e considerando estes relacionamentos, a participação do Grupo Schio no mercado nacional chega a 16%.

Indicadores consolidados de desempenho

Na tabela abaixo, estão listados alguns dos indicadores relevantes para a gestão e análise do desempenho do Grupo Schio em 2024 (em R\$ mm ou pontos percentuais – "pp").

	2024	2023	Δ%
Desempenho operacional			
Receita líquida	862,4	797,3	8,2%
Lucro bruto	274,8	235,5	16,7%
Lucro bruto (ajustado) ¹	261,8	246,3	6,3%
Lucro operacional (EBIT)	177,7	141,2	25,9%
Lucro operacional (EBIT) (ajustado) ¹	164,7	152,1	8,3%
EBITDA	238,7	198,0	20,5%
EBITDA (ajustado) ¹	225,7	208,9	8,0%
Lucro líquido	73,6	31,6	132,8%
Lucro líquido (ajustado) ¹	60,6	42,5	42,6%
Retorno sobre o capital investido (ROIC)	11,7%	10,5%	1,2 pp
Retorno sobre o capital investido (ROIC) (ajustado) ¹	10,5%	11,5%	-0,9 pp
Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)	18,3%	9,2%	9,1 pp
Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) (ajustado) ¹	15,0%	12,3%	2,7 pp
Investimentos	96,4	86,6	11,3%
Patrimônio líquido	402,8	344,4	17,0%

	2024	2023	Δ%
Posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa	46,6	129,0	-63,9%
Dívida bruta de curto prazo	(117,5)	(146,8)	-20,0%
Dívida bruta de longo prazo	(417,8)	(402,1)	3,9%
Dívida líquida	(488,8)	(420,1)	16,4%
Margens			
Margem bruta	31,9%	27,3%	4,6 pp
Margem bruta (ajustada) ¹	30,4%	28,6%	1,8 pp
Margem operacional	20,6%	16,4%	4,2 pp
Margem operacional (ajustada) ¹	19,1%	17,6%	1,5 pp
Margem EBITDA	27,7%	23,0%	4,7 pp
Margem EBITDA (ajustada) ¹	26,2%	24,2%	1,9 pp
Margem líquida	8,5%	3,7%	4,8 pp
Margem líquida (ajustada) ¹	7,0%	4,9%	2,1 pp

¹ Ajuste relativo à reversão do ganho contábil reconhecida por conta da variação do valor justo dos ativos biológicos no montante de R\$ 13,5 mm (2023 – perda de 10,9 mm)

Desempenho do Grupo Schio

Balanco patrimonial sintético consolidado (em R\$ mm)

	2023	2024	ΔRS	Δ%
Ativo				
Ativo circulante	546,7	542,6	(4,1)	-0,7%
Caixa e equivalentes de caixa	129,0	46,6	(82,5)	-63,9%
Contas a receber de clientes	106,0	90,3	(15,7)	-14,8%
Estoques	249,8	304,4	54,5	21,8%
Adiantamento a fornecedores	45,0	85,1	40,1	89,2%
Outros ativos	16,8	16,3	(0,5)	-3,1%
Ativo não circulante	948,5	969,4	20,9	2,2%
Partes relacionadas	2,4	2,6	0,3	11,0%
Outros ativos	21,2	9,1	(12,1)	-57,2%
Imobilizado e intangível	924,9	957,7	32,8	3,5%
Total	1.495,1	1.511,9	16,8	1,1%

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Controladora		Consolidado		Nota
	2024	2023	2024	2023	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.900	116.870	46.560	129.029
Contas a receber de clientes	7	82.997	87.264	90.257	105.979
Estoques	8	260.847	226.865	304.363	249.837
Adiantamento a fornecedores	9	4.872	51,0	6.026	5.924
Outros ativos	9	80.517	44.659	85.083	44.980
Outros ativos	9	7.624	8.390	10.278	10.902
Total do ativo circulante		470.757	489.749	542.567	546.651
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	21	31.429	17.689	2.647	2.384
Depósitos judiciais		90	90	90	90
Tributos diferidos	15	1.560	12.848	8.768	20.901
Outros ativos		-	-	212	213
		33.079	30.627	11.717	23.588
Investimentos	4	48.020	42.230	-	-
Imobilizado	11	890.973	881.503	956.044	923.254
Intangível		305	305	1.617	1.817
		839.298	927.068	924.671	924.871
Total do ativo não circulante		972.377	954.665	969.378	948.459

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora			
	Capital social	Ações em tesouraria (Nota 16 (b))	Reservas de reavaliação patrimonial (Nota 16 (c))	Reservas de lucros (prejuízos) acumulados (Nota 16 (d))
Em 1º de janeiro de 2023	7.300	-	1.698	354.620
Resultado abrangente do período	-	-	-	31.619
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.619
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-
Emissão de ações em tesouraria (Nota 16 (b))	-	(1.332)	-	(1.332)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 16 (b))	-	1.332	-	1.332
Reembolso de ações (Nota 16 (b))	-	-	(130.984)	(130.984)
Transferência entre reservas	-	-	130.984	(1.698)
Em 31 de dezembro de 2023	7.300	-	-	340.091
Resultado abrangente do período	-	-	-	73.575
Lucro líquido do exercício	-	-	-	73.575
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 16 (a))	25.550	-	-	(25.550)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 16 (e))	-	-	-	(15.214)
Transferência entre reservas	-	-	(17.936)	47.496
Em 31 de dezembro de 2024	32.850	-	-	402.501

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2024 – Informações gerais

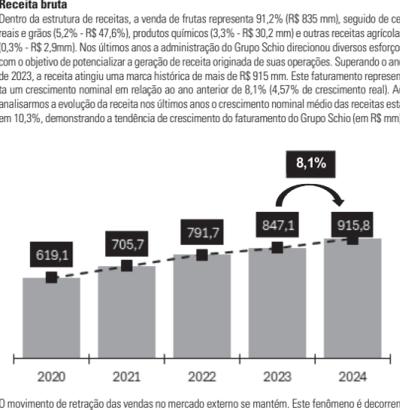
1.1. Contexto operacional. A Agropecuária Schio S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado de grande porte, com sede na capital do estado de São Paulo. Com suas unidades de processamento de frutas, pomares, fazendas, viveiros e silos localizados nos estados do Rio Grande do Sul (Vacaria e região) e Santa Catarina (São Joaquim e região), a Companhia e suas controladas Rubifrut Agroindustrial Ltda. ("Rubifrut") e Schio Cereais Importação e Exportação Ltda. ("Schio Cereais"), tem por objetivo a produção, comercialização, importação e exportação de produtos agrícolas, frutas, cereais e bovinos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2025. **1.2. Alteração do tipo jurídico.** Como o objetivo de aprimorar a governança do Grupo Schio, em 14 de agosto de 2023 foi protocolado na Junta Comercial do Estado de São Paulo o Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social, contendo a alteração do tipo jurídico da Agropecuária Schio Ltda., passando a ser denominada como Agropecuária Schio S.A. O documento foi homologado pela respectiva junta comercial em 27 de setembro de 2023. Nesta data, também foi aprovada a substituição das quotas por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em ato contínuo, na mesma data, foi protocolado na Junta Comercial do Estado de São Paulo o Estatuto Social da Companhia. **1.3. Base de preparação.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 24. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros e ativos biológicos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **1.4. Consolidação.** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4(a) e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 24.1. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.** De acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até dez meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até dez meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo Schio. **Alteração ao IFRS 16/ CPC 06(R2) - Arrendamentos.** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação reversos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo Schio. **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40.** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do mesmo *prospecto*, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento da dívida relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) o valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros em (i) parte de acordos SFAs; (ii) o valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento; (iii) Intervalo de data de vencimento de pagamento de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs; (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (i); (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros; O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações com provedores no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais duran-

Relatório de Administração				
	2023	2024	ΔRS	Δ%
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante	253,9	229,0	(24,9)	-9,8%
Fornecedores	70,5	83,4	12,9	18,3%
Empréstimos e financiamentos	145,4	117,5	(27,9)	-19,2%
Outros passivos	38,0	28,1	(9,9)	-26,1%
Passivo não circulante	896,8	880,1	(16,7)	-1,9%
Empréstimos e financiamentos	403,5	417,8	14,3	3,6%
Partes relacionadas	122,0	77,7	(44,3)	-36,3%
Tributos diferidos	278,9	281,0	2,1	0,8%
Dividendos a pagar	-	15,2	15,2	0,0%
Outro passivos	92,4	88,3	(4,1)	-4,4%
Total do passivo	1.150,7	1.109,2	(41,6)	-3,6%
Patrimônio líquido	344,4	402,8	58,4	17,0%
Total	1.495,1	1.511,9	16,8	1,1%

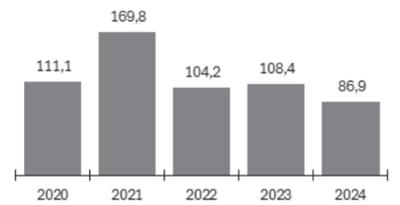
Demonstração do resultado consolidada (em R\$ mm)

	2023	2024	ΔRS	Δ%
Receita bruta	847,1	915,8	68,7	8,1%
Deduções da receita	(49,8)	(53,4)	(3,6)	7,2%
Receita líquida	797,3	862,4	65,1	8,2%
Valor justo dos ativos biológicos	(10,9)	13,0	23,9	-219,8%
Custo das vendas	(551,0)	(600,6)	(49,6)	9,0%
Lucro bruto	235,5	274,8	39,3	16,7%
% margem bruta	29,5%	31,9%		
SG&A	(100,5)	(96,9)	3,6	-3,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	6,2	(0,2)	(6,4)	-103,2%
Resultado operacional	141,2	177,7	36,5	25,9%
% margem operacional	17,7%	20,6%		
Resultado financeiro, líquido	(8,7)	(6,0)	2,7	-30,9%
Imposto de renda e contribuição social	(21,9)	(43,4)	(21,6)	98,8%
Lucro líquido	31,6	73,6	42,0	132,8%
% margem líquida	4,0%	8,5%		

O ano de 2024 representou um marco histórico para o Grupo Schio. A receita bruta realizada foi superior a R\$ 900 mm, com deduções acompanhando o seu crescimento. Os custos variáveis acompanharam a produção, mantendo estável a margem de contribuição realizada e os custos fixos foram objeto de aumento por conta dos insumos utilizados no ciclo operacional. Já no SG&A (despesas gerais, administrativas e com vendas), ocorreu uma redução significativa em relação ao exercício anterior. A redução do prejuízo financeiro líquido é resultado do processo de refinanciamento da dívida bancária, o qual permaneceu em execução pela administração do Grupo Schio.



O movimento de retração das vendas no mercado externo se mantém. Este fenômeno é decorrente da demanda do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, bem como por consequência da elevação da taxa de câmbio no mercado interno. Em 31 de dezembro de 2024, a participação das vendas de frutas no mercado externo foi de apenas 2,4%, frente a 12,6% em 2023 e 6,5% em 2022. Em relação à produção, cabe observar que o ano agrícola das frutas produzidas pelo Grupo Schio é diferente do encerramento do ano fiscal. Este ocorre em 31 de dezembro e o ano agrícola se inicia em 1º de julho e se encerra em 30 de junho do ano seguinte. Neste sentido, a produção relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 compreende a colheita relacionada à safra 2023-2024, a qual foi inferior à produção do ano agrícola anterior. Mesmo dentro deste cenário, a produção de maçãs do Grupo Schio atingiu o patamar de 86,9 mil toneladas (108,4 mil toneladas no ano agrícola anterior). Abaixo, apresentamos a evolução da produção nos últimos cinco exercícios (em toneladas/mil):



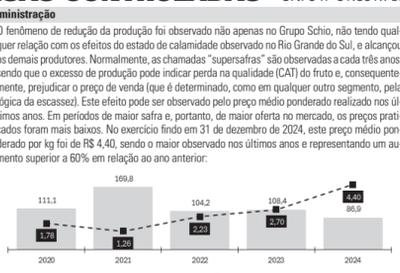
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado		Nota
	2024	2023	2024	2023	
Passivo circulante					
Fornecedores	55,278	48,672	83,417	70,520	
Empréstimos e financiamentos	12	89,525	133,370	117,505	
Obrigações sociais e trabalhistas	13	11,951	11,967	12,445	
Obrigações tributárias		875	6,049	9,799	
Outros passivos		12,560	18,243	14,668	
Total do passivo circulante		170,189	218,301	253,333	
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	417,959	398,446	417,830	
Obrigações sociais e trabalhistas	13	75,936	75,951	75,936	
Obrigações tributárias		-	211	-	
Partes relacionadas	21	77,566	121,849	77,742	
Dividendos a pagar	16	15,214	-	15,214	
Outros passivos	15	271,585	269,644	278,918	
Provisão para contingências	14	3,332	3,332	3,332	
Outros passivos		8,852	12,720	9,947	
Total do passivo não circulante		870,444	881,973	880,140	
Total do passivo		1.040,633	1.100,274	1.103,473	
Patrimônio líquido					
Atribuível aos acionistas da Controladora	16	-	-	-	
Capital social		32,850	7,300	32,850	
Ajustes de avaliação patrimonial		322,155	340,091	322,155	
Reservas de lucros		47,496	-	47,496	
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(3,251)	(3,251)	
		402,501	344,140	402,501	
Participação dos não controladores		402,501	244,140	402,791	
Total do patrimônio líquido		1.443,134	1.444,414	1.511,945	
Total do passivo e patrimônio líquido		1.443,134	1.444,414	1.511,945	

Participação dos não controladores

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e patrimônio líquido

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Neste cenário, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quebramos um

continuação

Abertura dos vencimentos do contas a receber de clientes (Nota 7) está apresentada abaixo:
Controladora Consolidado
2024 2023 2024 2023

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é apresentada a seguir:
Controladora Consolidado
2024 2023 2024 2023

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os índices do que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo Schio ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do balanço patrimonial e se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de capital. O acesso de caixa mantido, quando existente, além do saldo exigido para administração do negócio, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Até um ano Entre um a cinco anos Entre dois e cinco anos Acima de cinco anos
Nota 2024 2023 2024 2023

Em 31 de dezembro de 2024
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Outros passivos

Até um ano Entre um a cinco anos Entre dois e cinco anos Acima de cinco anos
Nota 2024 2023 2024 2023

Em 31 de dezembro de 2024
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Outros passivos

3.2. Gestão de capital. Os objetivos do Grupo Schio ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital saudável para reduzir esse custo.

Cláusulas contratuais restritivas - covenants. Sob os termos das principais linhas de crédito (Nota 12), o Grupo Schio é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:
Razão entre a dívida líquida e o EBITDA igual ou inferior a 3,0x;
Razão entre o EBITDA e o resultado financeiro (excluído a variação cambial) líquido igual ou superior 1,45x;
Razão entre o patrimônio líquido e o total do ativo maior ou igual a 0,25x;
Índice de liquidez corrente igual ou superior a 1,2; e
Caixa mínimo de R\$ 10.000. Todos os covenants são acompanhados pela administração do Grupo Schio em bases mensais, sendo medidos anualmente pelas instituições financeiras por ocasião da emissão das demonstrações financeiras.

Seção 3 - Estrutura do Grupo Schio

4. Investimentos

(a) Participação societária nos investimentos

Schio Cereais Importação e Exportação Ltda
Rubifrut Agrícola Ltda
2024 2023

(b) Movimentação dos investimentos

Schio Cereais Rubifrut
2024 2023 2024 2023

(c) Resumo das informações financeiras

(i) Balanço patrimonial sintético

Schio Cereais Rubifrut
2024 2023 2024 2023

(ii) Demonstração do resultado sintética

Schio Cereais Rubifrut
2024 2023 2024 2023

(iii) Demonstração do resultado abrangente sintética

Schio Cereais Rubifrut
2024 2023 2024 2023

(iv) Demonstração dos fluxos de caixa sintética

Schio Cereais Rubifrut
2024 2023 2024 2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Seção E - Notas explicativas relevantes selecionadas

5. Instrumentos financeiros por categoria

6. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora Consolidado
2024 2023 2024 2023

8. Estoques

Controladora Consolidado
2024 2023 2024 2023

Em 1º de janeiro

Em 31 de dezembro

AGROPECUÁRIA SCHIO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 91.501.783/0001-42

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(iii) Perfil da fruta. Após segregação de ciclos e grupos, a fruta é dividida de acordo com sua qualidade (categoria 1, 2 e 3) industrial para processamento e comercialização:

CAT 1 CAT 2 CAT 3 Indústria
2024 2023 2024 2023

Super precoce
Precoce
Intermediárias
Tardias
Muito tardias

Compra de frutas
Outros adiantamentos
(-) Impairment de adiantamento a fornecedores

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

AGROPECUÁRIA SCHIO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 91.501.783/0001-42

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(iii) Perfil da fruta. Após segregação de ciclos e grupos, a fruta é dividida de acordo com sua qualidade (categoria 1, 2 e 3) industrial para processamento e comercialização:

CAT 1 CAT 2 CAT 3 Indústria
2024 2023 2024 2023

Super precoce
Precoce
Intermediárias
Tardias
Muito tardias

Compra de frutas
Outros adiantamentos
(-) Impairment de adiantamento a fornecedores

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

AGROPECUÁRIA SCHIO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 91.501.783/0001-42

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(iii) Perfil da fruta. Após segregação de ciclos e grupos, a fruta é dividida de acordo com sua qualidade (categoria 1, 2 e 3) industrial para processamento e comercialização:

CAT 1 CAT 2 CAT 3 Indústria
2024 2023 2024 2023

Super precoce
Precoce
Intermediárias
Tardias
Muito tardias

Compra de frutas
Outros adiantamentos
(-) Impairment de adiantamento a fornecedores

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

Em 31 de dezembro

Em 1º de janeiro
Variação no valor justo

continuação

testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo Schio, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **24.9. Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 1.3. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. As terras não são depreciadas. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado na Nota 11(a). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado. **24.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **24.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo Schio tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que o Grupo Schio é obrigado a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que o Grupo Schio é obrigado a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **24.12. Provisões:** As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo Schio tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestru-

turação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **24.13. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O resultado da atividade agrícola, diretamente atrelado ao processo de venda dos produtos produzidos pelo Grupo Schio, não está sujeito à incidência de imposto de renda e contribuição social. Os prejuízos acumulados relacionados a esta são passíveis de compensação integral para fins de abatimento do saldo a pagar originado pelo resultado das operações originadas da venda de produtos. **24.14. Capital social.** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **24.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo Schio. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo Schio reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. **(a) Venda de produtos e mercadorias:** A receita originada pela venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Esta é reconhecida quando (i) existe evidência objetiva de que o controle dos produtos foram transferidos ao comprador, (ii) é provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo Schio; (iii) que os custos relacionados podem ser estimados de maneira confiável; (iv) que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e (v) que o valor possa ser mensurado de maneira confiável. Os descontos concedidos na venda, quando o valor é mensurado de maneira confiável, é reconhecido como redução da receita na proporção em que as vendas são reconhecidas.

AGROPECUÁRIA SCHIO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 91.501.783/0001-42

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O momento correto da transferência de controle varia e depende da condição individual de cada transação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tipo de venda	Momento de transferência do controle
• Produtos e mercadorias agroindustriais no mercado interno	Normalmente ocorre mediante o carregamento de produtos e/ou mercadorias pelo transportador nas unidades das empresas do Grupo Schio (modalidade FOB) ou quando o produto é entregue no local solicitado pelo cliente (modalidade CIF).
• Produtos e mercadorias agroindustriais no mercado externo	Normalmente ocorre mediante o carregamento de produtos ou mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor onde, geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos e/ou mercadorias.
• Produtos no varejo	Como se trata de vendas direto ao consumidor final, ocorre mediante a entrega do produto adquirido pelo cliente.

(b) Componentes de financiamento: O Grupo Schio não prevê contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, o Grupo Schio não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **24.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo Schio ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral Ordinária. **24.17. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **24.18. Alterações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo Schio e não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. **• Alteração ao IAS 21 - Falta de convertibilidade:** Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de convertibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Grupo Schio não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orienta-

ção para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“*SPPi test*”); (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“*FVOCI*”). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo Schio não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como “*contracts referencing nature-dependent electricity*”. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de “*own use*”; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo Schio não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: (a) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo Schio, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. (b) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo Schio desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. (c) O Grupo Schio não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. (d) No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

Diretoria		Conselheiros			Contador
Rafael Luis Caon Schio - Diretor	Francisco Schio Jr. - Diretor	Francisco Joaquim Schio	Jose Pio X Schio	Luis Eduardo Schio Junior	Juarez Luiz Gelain (Contador CRC-1RS044255/0-1)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contá-

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de

Aos Administradores e Acionistas

Agropecuária Schio S.A. e suas empresas controladas

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agropecuária Schio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Schio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

bil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **•** Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2025
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/F-6
 Marcelo de Souza Prado Nicolau
 Contador CRC 1SP255758/0-9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>